

MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA (03/2016)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN

Santo André, 19 de abril de 2016.

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) – presidente e representante titular da Superintendência do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA)
- Carlos Pedro Bastos – secretário executivo e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Priscila de Oliveira – representante titular da Secretaria de Gestão de Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense (PSA)
- Maíra Soares Galvanese - representante suplente do Poder Público Municipal (Departamento de Defesa Civil – SEMASA)
- Roberto Silveira Junior – representante titular do Poder Público Municipal (Departamento de Planejamento e Obras – SEMASA)
- Reinaldo Prado - representante suplente do Poder Público Municipal (Departamento de Resíduos Sólidos – SEMASA)
- Marci Carmem Guazzeli - representante suplente do Poder Público Municipal (Coordenadoria de Comunicação Social – SEMASA)
- Eriane Justo Luiz Savóia - representante titular do Poder Público Municipal (Gerência de Educação e Mobilização Ambiental – SEMASA)
- Maria Isabel Garcia – representante titular do Poder Público Municipal (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – PSA)
- Gerson Ticianel - representante titular do Poder Público Municipal (Secretaria de Saúde - PSA)
- Sérgio Paulo Marques - representante suplente do Poder Público Municipal (Secretaria de Mobilidade Urbana, Obras e Serviços Públicos - DPAV – PSA)

Sociedade Civil:

- Valkiria Munho – representante suplente do Clube da Família do Parque Represa Billings

- Luís Antônio Ferreira Rodrigues - representante titular da Associação dos Aposentados do ABCDMRPRGS
- Gustavo Mathias Duarte Filho – representante titular do Instituto Qualidade
- José de Arimathéa Barcellos – representante titular da ACISA
- Mônica Queiroz Nobeschi – representante titular da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santo André
- Denise Baruzzi Brandão – representante titular da OAB
- Guilherme Solci Madeira – representante titular da UFABC
- Sarah K. Bryce – representante titular do MDDF – Movimento de Defesa dos Moradores de Favela de Santo André
- Renato Sobral Ribeiro de Castro – representante titular do Coletivo NASA
- Marcelo da Silva – representante suplente do Coletivo NASA
- Ivone de Fatima Gibim Teixeira - representante suplente do SindusCon-SP

Convidados:

- Edir Linhares – Munícipe
- Cleyton Cardoso – Coletivo N.A.S.A
- Debora M^a Duarte Stefanelli – Semasa/ DGA
- Robson Moreno – Semasa/ DRS
- Rodrigo Nogueira B. R. Matos – Semasa/ DAF
- Carla Adriana Basseto Silva – Semasa/ CAJ
- Sandro Nicodemo – Coletivo NASA
- Daniela V. Martin – DGA/ Semasa

PAUTA

- Informes da plenária;
- Informes da Secretaria Executiva:
 - ✓ Audiência Pública – Plano Regional de Resíduos (PGIRS ABC)
 - ✓ Evento Coleta Seletiva – Representantes de Condomínios de Santo André
 - ✓ Relatórios de Licenças Emitidas – Março de 2.016
 - ✓ Relatório de Multas Reincidentes – Março de 2.016
- Proposições e questionamentos;
- Aprovação da memória da reunião de 21/03/16;
- Aprovação dos relatórios do GT – Infrações e Processos Ambientais;
- Pautas:
 - ✓ Apresentação Coletivo N.A.S.A
 - ✓ Projeto de Lei – substituição Lei nº 7733/98

ABERTURA

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) abriu e presidiu a plenária.

INFORMES

INFORMES DA PLENÁRIA

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) abriu espaço para os informes da plenária.
- Sarah K. Bryce (MDDF) disponibilizou para todos os conselheiros o Boletim (Edição 1, Número 02, Abril/2016) do Projeto “Nossas Vilas, Vielas e Quintais”.
- Maíra Soares Galvanese (Defesa Civil/SEMASA) disponibilizou para todos os conselheiros o Gibi “A Galera do Bairro em Riscos Urbanos”.
- Afonso Luis da Silva (DRS/SEMASA) se apresentou como novo Diretor do Departamento de Resíduos Sólidos (Início: abril/2016) e informou que dia 04/05 às 18h30 será realizado um evento sobre Coleta Seletiva para representantes de condomínios no Teatro Municipal de Santo André.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) comentou sobre o andamento das reuniões da Comissão Auxiliar de Avaliação de Projetos – CAAV (Edital Fungesan 01/2016). Foram entregues três projetos que estão em fase de avaliação. Informou que a publicação das propostas classificadas será dia 29/04 e que na próxima reunião do Conselho a avaliação da Comissão será apresentada para que seja referendada ou questionada.
- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) informou que a conselheira Carolina Schers de Góes se desligou do Instituto Acqua e automaticamente do Comugesan. Como era representante da Sociedade Civil na CAAV, perguntou se outro conselheiro tem interesse em participar.
- A plenária decidiu que o Instituto Acqua deve ser consultado primeiramente para saber se tem uma substituta ou se a conselheira suplente pode participar das próximas reuniões.
- Sarah K. Bryce (MDDF) perguntou se os representantes dos projetos vão participar da próxima reunião da Comissão.

- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) respondeu que se houver a necessidade serão convocados.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) convidou os conselheiros para duas audiências públicas: No dia 26/04 às 14h, Anfiteatro Heleny Guariba (Prefeitura de Santo André) acontece o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Grande ABC (os conselheiros já receberam por e-mail esta data, será encaminhado o convite do Consórcio com todas as datas dos municípios participantes); e dia 05/05 às 14h no Auditório do Centro de Referência (Semasa) será discutido o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) informou que a conselheira Denise Baruzzi Brandão (OAB) encaminhou um e-mail dia 05/04 com alguns questionamentos sobre a ETA Recreio da Borda do Campo.
- E-mail na íntegra:

Cara Daniela,

Bom dia.

Estou encaminhando uma correspondência ao COMUGESAN e gostaria que a mesma fosse reencaminhada a todos os conselheiros.

É um assunto delicado que, talvez, poucos conselheiros tenham ciência.

Gostaria que esse assunto fosse trazido à próxima, ou à primeira depois da próxima (pois a próxima penso que já estará preenchida pela discussão do projeto de lei que estamos discutindo).

É uma obra vultuosa, que não será concretizada nesta administração municipal e que já foi, inclusive contratada a administração da mesma, que sequer foi construída.

Outra questão muito importante a ser discutida é quanto à construção em área que será desapropriada e nem se sabe se será desapropriada, pois em processo judicial tudo é possível, não podendo se prever um resultado, podendo ser revertida, por determinação do judiciário. E mesmo que não seja revertida, não se sabe se haverá embargo à construção por conta do valor de avaliação (aquém do valor de mercado).

Desta forma, não pode ser licitada nem a construção e muito menos a sua administração, posto que não há certeza de se poder iniciar a obra, como tantos outros casos do Poder Público, e nem chegar a ser concretizada.

Como se trata de um dinheiro público, de valor alto, penso que esta questão deva ser discutida primeiramente pelo COMUGESAN.

Agradeço desde já a atenção,

Denise Baruzzi Brandão
Conselheira Titular COMUGESAN
38a OAB/SP

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) leu o e-mail em voz alta. Informou que a conselheira fala sobre a ETA e sobre a PPP (Parceria Público-Privada). Ressaltou que o Semasa pode disponibilizar a qualquer momento informações sobre os mesmos. Enfatizou que não é assunto deste Conselho e que controle é feito através do Tribunal de Contas e Ministério Público. Informações da ETA (que já foi apresentada no Comugesan anteriormente), construção, andamento da ETA o Semasa está disposto a fazer. Todo processo licitatório está feito, através de um processo extremamente transparente. Não foi feita, pois não veio recurso do Governo Federal. Assim que tiver o recurso, a obra será tocada. Comentou que a PPP é prevista em lei e que o Semasa seguiu todos os ritos e já passou pelo Tribunal de Contas, que julgou regular. Explicou que não tem nada que o Conselho possa analisar ou fazer. Quanto ao terreno, se está aquém do valor de mercado, o juiz que vai analisar. Caso não tenha acordo, o Semasa possui outras áreas que poderão ser analisadas. Informou que o e-mail está confuso e será encaminhado para todos os conselheiros.
- Denise Baruzzi Brandão (OAB) informou que vai redigir e encaminhar novamente.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) solicitou que o documento seja encaminhado com o timbre da OAB.
- Denise Baruzzi Brandão (OAB) comentou que o questionamento é quanto à contratação de uma administração de algo que nem foi construído ainda.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) informou que não é administração, é uma PPP – Parceria Público-Privada. Ressaltou que o Edital está disponível para leitura.

- Sarah K. Bryce (MDDF) perguntou sobre a função do Comugesan (fiscalização, solicitar informações) sem entrar no mérito da discussão, se não é isso que está sendo discutido.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) informou que não é isso que está sendo discutido. O Conselho é aberto para qualquer pedido de informações pertinentes. O e-mail parece uma denúncia e denúncia quem recebe é o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) solicitou um representante titular e um suplente para compor Biênio 2016-2017 do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU.
- Os dois conselheiros que se candidataram foram Gustavo Mathias Duarte Filho (titular) e Guilherme Solci Madeira (suplente).
- A plenária não fez objeção. Será encaminhado um ofício ao CMPU com o nome dos representantes.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) informou que o relatório das licenças emitidas e o relatório de multas por reincidência de março/2016 foram enviados por e-mail aos conselheiros.
- Guilherme Solci Madeira (UFABC) questionou sobre um caso onde o número de multas reincidentes é absurdo (17 ou 27 multas).
- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) explicou que o caso trata-se do Le Garçon. É uma cozinha industrial, que fornece alimentação para muitas empresas. O barulho é causado pelos refrigeradores, que incomoda o prédio ao lado. O estabelecimento foi fechado na última sexta-feira. A equipe do Semasa foi acompanhada da polícia, equipe do trânsito e foram colocadas defensas de concreto nos quatro portões da empresa. O Semasa reabriu na segunda, uma vez que todas as multas foram pagas e o Termo de Adequação Ambiental foi assinado, onde o estabelecimento tem até 60 dias para se adequar. Se não cumprir, será fechado novamente, o alvará será cassado, e todas as medidas cabíveis. Explicou sobre a demora do fechamento, pois existia a preocupação de um prejuízo em cadeia (fechar uma empresa que fornece alimentação para várias outras).
- A plenária comentou o caso e sobre as brechas que existem na legislação que acabem permitindo chegar nesta situação.
- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) comentou sobre a minuta do decreto de ruído feita no ano passado e que o tornou muito mais rigoroso. Explicou que não vai mais acontecer 17 penalidades, será aplicada hierarquicamente: advertência, 1ª multa, 2ª multa, fechamento, encerramento. O procedimento está estabelecido no decreto. Foi encaminhado para a SAJ - Secretaria de Assuntos

Jurídicos da Prefeitura e a SAJ devolveu informando que não se trata de decreto e sim um projeto de lei. Este não foi o entendimento do Semasa. Após discussão e acerto de detalhes com a CAJ - Coordenadoria de Assuntos Jurídicos do Semasa e aprovação da SAJ, o decreto está pronto para a publicação do Prefeito. Relembrou que o decreto já passou pelo Comugesan.

- Sarah K. Bryce (MDDF) perguntou se a questão dos ruídos nas favelas foi encaminhada. Comentou que faltava a lei para dar suporte.
- Carlos Pedro Bastos (DGA/SEMASA) informou que não possui artigos específicos sobre núcleos e que a lei sempre existiu.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) respondeu que existem vários problemas, incluindo a geração da fonte, hierarquização das ruas, segurança etc. Resumiu informando que o assunto não avançou.

PROPOSIÇÕES E QUESTIONAMENTOS

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) perguntou se há alguma proposição ou questionamento.
- Gustavo Mathias Duarte Filho (Qualidade) questionou sobre as árvores da Rua dos Coqueiros x Conselheiro Justino. Comentou que as árvores mortas foram cortadas, mas as vivas estão para morrer. Informou que o concreto ainda está lá.
- Sérgio Paulo Marques (DPAV) respondeu que o Processo foi encaminhado para a Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ/Prefeitura). Explicou que o DPAV não possui ainda mecanismo legal para este tipo de situação. Informou que o jurídico encaminhou para a Delegacia Ambiental para investigação.
- Edir Linhares (Munícipe) questionou sobre os computadores do Centro de Referência do Semasa. Informou que frequentou o CR desde a fundação. Ressaltou a importância do local e a função primordial dos computadores. Recentemente foram reativados, porém, não possuem o Word. Os processadores não são compatíveis e precisam ser atualizados. Aproveitou e comentou que o CR sempre foi referência cultural com várias atividades e que o Comugesan deve pensar e verificar para reativá-las.
- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) respondeu que as informações serão levadas ao departamento competente.
- Gustavo Mathias Duarte Filho (Qualidade) informou sobre o Seminário “Cultivando Água Boa” que aconteceu no Auditório do Ibirapuera na última terça-feira. Ressaltou a qualidade do Seminário e

o grande conhecimento do palestrante. Foi apresentado pelo Sr. Nelton da Itaipu Binacional. Sugeriu que o Comugesan entre em contato com o Sr. Nelton para uma palestra no Conselho.

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) agradeceu e informou que aguarda o e-mail, telefone e demais informações para que possamos entrar em contato com o palestrante.
- Sarah K. Bryce (MDDF) comentou sobre o Haras e a reunião do Conselho Gestor, onde o regimento foi discutido. Solicitou que o Comugesan cobre resposta quanto aos Ofícios protocolados, para manter o assunto em foco.
- A plenária concordou.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) solicitou dispensa da leitura da memória da reunião de 21/03/16 uma vez que todos receberam com antecedência.
- A memória foi aprovada.

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO GT - GRUPO DE TRABALHO PROCESSOS E INFRAÇÕES AMBIENTAIS

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) solicitou dispensa de leitura dos relatórios do GT, uma vez que todos receberam com antecedência.
- A Plenária aprovou as decisões do grupo com relação aos processos abaixo:

214/2014, 355/2012, 552/2014, 40847/2015, 280/2015, 518/2014, 1042/2009, 29970/2015, 45024/2014, 22565/2015.

- Os relatórios serão anexados aos respectivos processos.

PAUTA

APRESENTAÇÃO COLETIVO N.A.S.A

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) convidou Sandro Nicodemo (Coletivo N.A.S.A) para a apresentação.
- Sandro Nicodemo (Coletivo N.A.S.A) informou que o Coletivo N.A.S.A começou na área da cultura em 2011, com vários projetos:

- ✓ NASA na Praça
- ✓ Motirõ em Movimento
- ✓ NASA em Movie
- ✓ Art'nerante
- ✓ Conselho Municipal de Cultura



- Em 2014, iniciou o Núcleo de Gestão Ambiental e citou as principais atividades:
 - Implantação de cisternas
 - Produção Cultural: Catadores Saudáveis
 - Movimento Nossa Santo André
 - Projeto Outros de Nós
 - Rede de Educação Ambiental de Santo André
 - Conselheiros no Comugesan – Conselho Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental



- Informou que foram realizadas oito edições do “Catadores Saudáveis” na Zona Leste e uma em Santo André. Foram atendidos até o momento 173 catadores.
- Apresentou e explicou várias fotos das atividades realizadas.
- Comentou sobre o Movimento Nossa Santo André, que tinha como objetivo realizar um diagnóstico referente à gestão dos vereadores em exercício na Câmara de Santo André, conforme os eixos de atuação do Coletivo N.A.S.A: cultura, meio ambiente e esporte. De 21 vereadores, apenas o vereador Eduardo Leite respondeu. Ressaltou a dificuldade de contato com o legislativo.

PROJETO DE LEI – SUBSTITUIÇÃO LEI Nº 7733/98

- Debora M^a Duarte Stefanelli (DGA/SEMASA) informou as pendências da última reunião: artigo 8º e 9º (contribuição Guilherme – UFABC); respostas dos artigos de Resíduos Sólidos e sobre o termo multi ou interdisciplinaridade da educação ambiental (contribuição Luiz Afonso – FSA).
- A plenária discutiu quanto às contribuições (destaque em vermelho) do artigo 8º:

Art. 8º – Alterações propostas pela UFABC

I – discutir, **deliberar, aprovar** e acompanhar a implementação da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental;

II – discutir, deliberar, **e aprovar e acompanhar** o Plano Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental - PLAGESAN;

V – **discutir, deliberar, aprovar e acompanhar** os planos e programas de desenvolvimento municipal e em projetos de lei e decretos que serão suporte da Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental;

VI – estudar e propor normas **técnicas** e legais e procedimentos visando à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente; (acho que não temos competência para propor normas técnicas)

VI.a – discutir, deliberar, aprovar e acompanhar a implementação de leis e decretos relativos à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

VI.b - propor projetos de lei e minutas de decretos referentes à proteção,

- A plenária decidiu que o inciso V deve ser reescrito, englobando o VI, VI.a e VI.b, tornando-se um único inciso.
- A plenária discutiu quanto às contribuições (destaque em vermelho) do artigo 9º:

PROPOSTA DA UFABC

V - ~~três~~**dois** representantes de associações ligadas aos setores do comércio, indústria ou serviços, com sede ou subsede em Santo André ou atuação comprovada em seu território;

VI - ~~dois~~**um** representantes de sindicato de trabalhadores, com sede ou subsede em Santo André ou atuação comprovada em seu território;

VII - ~~um~~**dois** representante de Instituição de Ensino ou Pesquisa, com sede ou subsede em Santo André ou atuação comprovada em seu território;

VIII - dois representantes de entidades ligadas a classes de profissionais liberais, com sede ou subsede em Santo André ou atuação comprovada em seu território;

IX - ~~dois~~**quatro** representantes de associações e organizações não governamentais - **ONGs com atuação na área ambientalistas**, ~~com um ano de existência legal e experiência comprovada em ações de defesa~~ do saneamento ambiental, do meio ambiente ou qualidade de vida, com sede ou subsede em Santo André ou atuação comprovada em seu território;

X - um representante da sociedade civil pertencente ao Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense;

XI - um representante dos moradores dos bairros Parque Miami, Jardim Riviera e Recreio da Borda do Campo, situados em APRM;

XII - um representante da sociedade civil pertencente aos NUPDECs;

XIII - ~~dois~~**um** representantes de organizações da sociedade civil.

- A plenária aprovou as propostas do artigo 9º.
- Ainda sobre o artigo 9º, a plenária discutiu o parágrafo 3º:

§ 3º. *Se à época dos registros das candidaturas para novo mandato não comparecerem entidades suficientes para representar cada um dos segmentos indicados no caput, poderão participar do pleito outras entidades de outros segmentos, que preencham os requisitos legais, de modo a garantir a paridade do Conselho.*

- A plenária votou e decidiu:
 - Manter o parágrafo 3º = 16 votos.
 - Suprimir o parágrafo 3º = 2 votos.

- Quanto aos artigos 38 e 39, as propostas (em amarelo) foram verificadas e aceitas pelo Departamento de Resíduos Sólidos.

Art. 38 - A gestão dos resíduos sólidos observará o disposto nas Políticas Nacional, Estadual e Regional de Resíduos Sólidos e suas alterações no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 39 - São expressamente proibidas as seguintes formas inadequadas de disposição, destinação e utilização de resíduos sólidos:

I - o lançamento a céu aberto;

II - a queima irregular;

III - o lançamento em cursos d'água, em várzea, poços, em mananciais e suas áreas de drenagem;

IV - a disposição em terrenos baldios, áreas erodidas, canteiros delimitadores de vias públicas, passeios públicos, praças, faixas de servidão, imóveis públicos ou particulares e outros locais impróprios;

- Debora M^a Duarte Stefanelli (DGA/SEMASA) explicou que a pendência do artigo 43 (que foi encaminhada por e-mail aos conselheiros antes desta reunião) foi analisada pelo Departamento de Resíduos Sólidos e a sugestão é retirá-lo. A explicação para retirada é que o artigo equivale ao que foi encaminhado no Projeto de Lei da LUOPS, na seção dos parâmetros específicos para abrigo de resíduos para uso residencial. O Departamento entendeu que era melhor retirar essa tentativa de resumir (pois não ficou claro) e manter apenas na LUOPS.
- Quanto ao Capítulo IV – da Educação (que era Seção e foi transformado em capítulo após proposta da FSA), a plenária discutiu o artigo 57º:

Art. 57- Os órgãos públicos competentes criarão condições para a implantação de programas de Educação Ambiental, assegurando o caráter interinstitucional e multidisciplinar interdisciplinar das ações envolvidas.

- A plenária decidiu por excluir a palavra multidisciplinar e manter interdisciplinar. (proposta feita pela FSA)
- Debora informou que vai renumerar a minuta toda e encaminhar o artigo 8º com a sugestão da plenária.
- Sem outros questionamentos, a minuta do Projeto de Lei que vai substituir a Lei n° 7733/98 foi aprovada.

JUSTIFICATIVA DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Instituto Acqua, Sindicato dos Químicos, FSA, Aramaçan e Oito Elementos.

ENCERRAMENTO

- Sebastião Vaz Junior (SUP/SEMASA) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

Carlos Pedro Bastos
Secretário Executivo do COMUGESAN
Diretor do Departamento de Gestão Ambiental

Sebastião Vaz Junior
Presidente do COMUGESAN
Superintendente do SEMASA